

139

Economistas contra estatizar bancos

A futura Constituição poderá fixar que o endividamento interno e externo da União e todas as decisões do Executivo na área financeira em geral tenha de ser previamente aprovadas pelo Conselho Nacional. Esta idéia foi defendida ontem pelo economista Décio Munhoz, da Universidade de Brasília (UnB), pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, e o ex-diretor da Dívida Pública do órgão, André Lara Rezende, aos membros da Subcomissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Todos os três combateram a proposta de estatização do sistema financeiro, uma das bandeiras do PT e PCB. Lara Rezende chegou a defender que o país "caminhe para uma maior privatização, porque o sistema privado é, de longe, mais eficiente do que o público". Segundo ele, os escândalos dos bancos privados" são brincadeiras perto dos buracos deixados por bancos

estatais".

Décio Munhoz frisou que a estatização dos bancos daria ao governo total capacidade de controlar os Estados, municípios e indivíduos no aspecto financeiro. "E, mesmo se chegarmos ao aperfeiçoamento de crítico, fica a dúvida sobre a eficiência do sistema estatal". O economista prefere o sistema híbrido — como existe hoje —, mas com a obrigatoriedade de prestação de contas ao Legislativo.

O ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, lembrou que nos países onde houve estatização do sistema financeiro, como França e Portugal, a experiência não deu certo e já está havendo uma reversão para a privatização. Uma idéia que vem crescendo entre os membros da subcomissão do sistema financeiro — e conta com a simpatia dos três debatedores — é a da descentralização, eliminando-se a necessidade de adquirir a carta-patente para abertura de bancos.